

Apontamos sobre a reprodução das desigualdades raciais e a juventude negra

Luciana de Jesus Dias

Resumo

Inúmeros indicadores sociais evidenciam as desigualdades entre jovens brancos e negros (pretos e pardos) o que indica a reprodução das desigualdades raciais neste segmento da população: poucos anos de estudo, renda familiar baixa, dificuldade inserção no mercado de trabalho, moradores de regiões do município com altos índices de violência e etc. A partir destes indicadores propõem-se a retomada de alguns marcos conceituais construídos na sociologia das relações raciais principalmente no que tange as fronteiras entre as categorias de raça e classe no Brasil.

Introdução

Após longo debate no campo das relações raciais e de reivindicações do ativismo político chegamos ao consenso sobre a reprodução ampliada das desigualdades raciais no Brasil. No entanto, continuamos a enfrentar o desafio teórico de interpretar o papel da questão racial na reprodução da pobreza, assim como, as ressonâncias cotidianas desta desigualdade, expressa em inúmeras dimensões da vida social que determinam a experiência social de boa parte da população negra no Brasil.

Nossa proposta de investigação está especialmente interessada na juventude negra como grupo chave para se aprofundar o entendimento deste fenômeno do vínculo entre classe social e pertencimento racial. Isto porque a categoria juventude é peça fundamental de um “jogo de espelhos” (Novaes, 2007) em relação aos problemas da própria organização social, funcionando ora como um “espelho retrovisor”, ora como “espelho agigantador”.

A desigualdade entre jovens brancos e negros (pretos e pardos) estão expressas em diversos indicadores sociais que evidenciam a reprodução das

desigualdades raciais neste segmento da população que configura 52,9% dos 51,1 milhões de jovens brasileiros com idade entre 15 e 29 anos¹.

Dentro das inúmeras possibilidades de análise destes indicadores referentes à juventude negra, o fenômeno da violência urbana chama particular atenção por apontar uma sobre-representação da mesma nas taxas de mortalidade, baixa expectativa de vida, e no número de homicídios ².

A intrincada entre pobreza e pertencimento racial, aparece de forma aguda no que diz respeito à juventude negra infratora, pois 61% dos adolescentes internos no Brasil são afrodescendentes, ou seja, 21% são pretos e 40% de pardos. Em relação ao rendimento familiar 66% dos internos vivem em famílias cujo rendimento mensal varia de menos de um até dois salários-mínimos vigentes em setembro e outubro de 2002³.

Estas análises quantitativas demonstram como a juventude negra está inserida numa dinâmica que combina a desigualdade social com a discriminação racial engendrando trajetórias relacionadas às estruturas de oportunidades desiguais. No entanto, além de considerarmos os números que permitem enxergar um quadro mais geral, faz-se necessário análises qualitativas que demonstrem a correlação entre preconceito racial e desigualdade social, como esta relação se dá, qual o papel da variável raça na reprodução da desigualdade.

A questão deste “negro drama”⁴ vivenciado pela juventude negra também nomeado como *exclusão radical* (Bento e Beghin,1995), *duplo apaharteid social* (Silva e Guerres, 2003), *extermínio* (Santos e Borges, 2005), ou mesmo, como

¹ Segundo dados da Pnad/IBGE demonstrados na pesquisa Juventude e Políticas Sociais no Brasil, IPEA,2008. Ainda nesta pesquisa encontram-se outros dados: os jovens pobres são majoritariamente não brancos (70,3%), o número jovens negros analfabetos entre 15 e 29 anos é quase três vezes maior que o de jovens brancos, dentre outros indicadores.

² Segundo a pesquisa O mapa da violência IV: Os jovens do Brasil realizado pela Unesco, Secretaria Especial de Direitos Humanos e Instituto Ayrton Senna em 2004, “Se no conjunto da população a vitimização de negros já é severa, entre os jovens de 15 a 24 anos o problema agrava-se ainda mais. A taxa de homicídio entre jovens negros (68,4 em 100.000) é 74% superior a taxa de jovens brancos (39,3 em 100.000)”. Acessado em 20/07/2008. <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001351/135104porb.pdf>

³ Dados do Mapeamento Nacional sobre a Situação das Instituições que Aplicam Medida Socioeducativa de Privação da Liberdade ao Adolescente em Conflito com a Lei no Brasil”, realizado em setembro e outubro de 2002.

⁴ A expressão “negro drama” é uma referência letra da música com mesmo título do grupo de rap Racionais MC’s, gravada no álbum duplo *Nada como um dia após o outro* de 2002. Para uma análise detalhada desta letra ver : ZENI, Bruno. O negro drama do rap: entre a lei do cão e a lei da selva.. In: *O negro no Brasil*. Estudos avançados. São Paulo: USP, V18, nº 50, jan/abril, pág 225 -241.

genocídio (Góes, 2008) suscita uma série de questões: Quais são suas percepções acerca da situação de exclusão que vivem?

A literatura sociológica brasileira produzida no campo das relações raciais nos fornece pistas importantes a partir das quais podemos construir o entendimento das especificidades contemporâneas do fenômeno da relação entre raça e pobreza.

Sociologia das relações raciais e as fronteiras entre raça e classe

As fronteiras entre raça e classe no Brasil aparecem em praticamente todos os trabalhos que se debruçaram sobre a problemática racial brasileira e continuam apresentando desafios as novas abordagens que pretendem explicar os padrões da reprodução da desigualdades sociais entre os negros.

A questão do negro na sociedade de classes se apresentou tão logo o campo teórico se formou no Brasil. Um exemplo desta abordagem está em *Branços e pretos na Bahia: estudo de contato racial* (1942) pesquisa realizada por Donald Pierson que investiga como se dava a integração e a mobilidade social dos negros e em que medida o preconceito racial era um obstáculo para a mesma.

Pouco depois, o projeto patrocinado pela UNESCO (1953-56), inscrito na agenda anti-facista, reuniu uma série de estudos acerca das relações raciais no Brasil, país considerado modelo de relações raciais frente a experiências de países como a África do Sul e Estados Unidos ⁵. Dentro dos resultados destas pesquisas destaca-se o trabalho de Florestan Fernandes e Roge Bastide *Branços e negros em São Paulo* (1958) na qual já se delinea a problemática da relação raça e classe que Florestan irá desenvolver em seus trabalhos posteriores e que irá influenciar uma série de trabalhos que ficaram conhecidos como a “Escola Paulista”.

⁵ Sobre a história do projeto Unesco ver: Maio, Marcos Chor. *O projeto Unesco e a agenda das Ciências Sociais no Brasil dos anos 40 e 50*. Rev. Brasileira de Ciências Sociais. v.14 n.41 São Paulo out. 1999

Esta problemática está construída a partir da idéia da “herança da escravidão” como determinante na vida dos negros no período posterior ao cativo, fazendo com que tivessem uma inserção diferenciada no sistema competitivo de trabalho relativa a sua capacidade de adaptação às novas condições históricas que alteraram e transformaram o ambiente urbano e que retirava deles a condição de participar em pé de igualdade com os imigrantes europeus, fazendo-os permanecer num “patamar social inferior”.

Para Florestan o preconceito e a discriminação racial, embora fossem funcionais para a sociedade escravocrata, eram incompatíveis com a ordem competitiva estabelecida e como o resultado de um processo, previu que o racismo desapareceria com o desenvolvimento do capitalismo no Brasil, ainda que os brancos procurassem manter seus privilégios.

A imbricação entre raça e classe é elaborada por Otávio Ianni em outra chave pois, para ele, as raças são a forma concreta de subordinação de classe em sociedades pós-escravistas como o Brasil. Assim, o preconceito racial é a forma como se garante as condições para a exploração capitalista em um contexto racialmente determinado (Ianni, 1966:42).

Podemos dizer, no entanto, que raça persiste como um fator componente de nossa estrutura social e que o preconceito racial também é estruturante, pois é elemento organizador de nossa sociedade. A expectativa geral era de que o preconceito existente seria superado paulatinamente pelos avanços e pelas transformações da sociedade de classes e pelo processo de modernização” (Guimarães, 2004:24).

Ainda na agenda do Projeto Unesco, é clássico o estudo de comunidade realizado por Oracy Nogueira (1954) em Itapetininga em que distingue dois tipos de preconceitos de raça, a saber: o de marca –tendo como base a aparência, sotaques e gestos recorrente no Brasil– por oposição ao preconceito de origem, mais característico dos Estados Unidos, onde quem descende de família negra, a despeito da aparência, será considerado negro. A partir desta distinção revela como o preconceito de raça não pode ser reduzido ao preconceito de classe e como sistema de classificação racial brasileiro opera a partir de outros referências que não a descendência sanguínea.

Diante dos resultados dos estudos desta geração de sociólogos brasileiros, somados ao histórico de mobilização de organizações negras a questão das desigualdades raciais e do racismo também na agenda política brasileira.

A fundação do Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial (MNUDR), em 1978 e posteriormente denominado apenas Movimento Negro Unificado (MNU), impulsionou importantes estudos que atualizaram a problemática do negro no Brasil, além de colocarem o racismo na agenda política. O que se busca entender aqui é como são definidas as fronteiras raciais no Brasil, visto que não há mais dúvida da existência do preconceito racial.

Os estudos Carlos Hasenbalg e Nelson do Valle e Silva (1988) reintroduziram a discussão acerca das desigualdades sociais entre brancos e negros. Utilizando técnicas de pesquisa quantitativas percebem que as desigualdades entre esses dois grupos têm como componente preponderante a questão racial e que há um “ciclo cumulativo de desvantagens” dos negros, pois em cada estágio de competição social novas discriminações aumentam esta desvantagem.

Partindo das considerações de Florestan Fernandes, sobre a integração tardia do negro na sociedade de classes, Carlos Hasenbalg conclui que esta aconteceu de uma forma subordinada, onde preconceito e a discriminação reforçavam essa subordinação. “A raça, como atributo socialmente elaborado, está relacionada principalmente ao aspecto subordinado da reprodução das classes sociais, isto é, a reprodução (formação-qualificação-submissão) e a distribuição dos agentes” (Hasenbalg, 1979:114).

Na concepção de Telles (2003:21) os estudos de Hasenbalg mostram que a dominação racial e o status dos negros persistiam, porque o racismo havia adquirido novos significados desde a Abolição e continuaria a atender interesses materiais e simbólicos dos brancos dominantes, através da desqualificação dos negros como concorrentes.

A partir da contribuição Hasenbalg e Silva nos anos noventa muitos estudos tentaram apreender os mecanismos da discriminação racial no Brasil nos campos da educação, justiça, mercado de trabalho e na saúde. Constituindo importantes debates, trazem novos elementos teórico-metodológicos para a interpretação da problemática da população afro-descendente no país.

Nestas diferentes posições sobre a discriminação racial no Brasil, pode-se apreender o quanto há um debate intenso, ou mesmo, uma disputa acerca das explicações acerca da reprodução da desigualdade entre a população negra tendo como ponto de partida a intrincada relação de raça e classe.

Considerações finais

A especificidade da variável raça na composição da juventude em conflito com lei é tão verificável e corresponde a outros indicadores da reprodução da desigualdade nos campos da educação, do trabalho e da justiça. No entanto, o desafio se coloca ao pesquisador quando a partir do aspecto socioeconômico procura-se fazer uma abordagem de como este “ciclo de desvantagens cumulativas” opera na trajetória de vida destes jovens.

A construção social do “elemento suspeito de cor padrão” (Ramos e Musunesci, 2005) nos informa sobre os efeitos das práticas discriminatórias e de mecanismos racistas que este jovem enfrenta em seu cotidiano e como nesta etapa de socialização a desvantagem competitiva entre jovens brancos e negros acaba se traduzindo em cumprimento de medida socioeducativa e em maior probabilidade de ser vítima de homicídio.

Nos anos 90 houve um adensamento da abordagem da juventude negra via sua produção cultural e simbólica que a revelou sua especificidade dentro da cena juvenil brasileira. Apesar da multiplicidade de questões que estes estudos trouxeram à tona ao tratar dos espaços de lazer e sociabilidade da juventude negra, há poucos estudos que a tratam em outras dimensões, tais como: a escola, o trabalho, a família e a violência.

A prática cotidiana da discriminação e do preconceito expressa na violência letal e simbólica sofrida por jovens negros permitem revelar aspectos sobre a dinâmica da reprodução das desigualdades raciais neste ciclo de vida. Por outro lado, também é preciso levar em conta a questão racial para o

aprofundamento do entendimento sobre “os jovens em “situação de risco” (risco para si próprios e para a ordem social), dos quais aqueles envolvidos no tráfico, matando e morrendo muito cedo, são uma das imagens mais dramáticas e ameaçadores do nosso tempo” (Abramo, 1997:33)

Retomando a metáfora dos “ jogos de espelhos” podemos dizer que o entendimento sobre as questões relativas a juventude negra infratora ainda permanece como “ponto cego” no retrovisor das investigações sobre a reprodução das desigualdades raciais .

Referências Bibliográficas

ABRAMO, Helena Wendel. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. In: PERALVA, Angelina Teixeira ; SPÓSITO, Marília Pontes (Orgs.). *Revista Brasileira de Educação*, n. 5-6, maio-dez. 1997. p. 25-36

BASTIDE, Roger& FERNANDES, Florestan. *Branços e negros em São Paulo*. (39ªed.), São Paulo: Nacional, 1971

BENTO, Maria Aparecida Silva; BEGHIN, Nathalie. *Juventude Negra e Exclusão Radical*, IPEA- Políticas Sociais, acompanhamento e análises, 11/agos/2005, p. 194-197

FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo: Dominus, 1965.

_____. *O negro no mundo dos brancos*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1972.

GÓES, Weber. Genocídio da Juventude negra: da acumulação primitiva a superfluidez. In: *Bis- Boletim do Instituto de Saúde*, n 44, 2008, p. 23-25.

GOMES, Nilma Lino . Juventude, práticas culturais e negritude: o desafio de viver múltiplas identidades. In: *27ª. Reunião Anual da ANPED, 2004*, Caxambu. Anais. Riode Janeiro : ANPED, 2004. p. 1-16.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. *Racismo e Anti-Racismo no Brasil*. São Paulo: Editora 34, 1999.

_____. *Classes, raças e democracia*. São Paulo: Editora 34, 2002.

_____. *Preconceito de cor e racismo no Brasil*. São Paulo: Revista de Antropologia v. 47 nº 1 , 2004

HASENBALG, Carlos Alfredo. *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

_____ & SILVA, Nelson do Valle. *Estrutura social, mobilidade e raça*. Instituto de Pesquisas do Rio de Janeiro: Vértice, 1988.

MAIO, Marcos Chor. *O projeto Unesco e a agenda das Ciências Sociais no Brasil dos anos 40 e 50*. Rev. Brasileira de Ciências Sociais. v.14 n.41 São Paulo out. 1999.

MALACHIAS, Rosangela. *Ação transcultural: a visibilidade da juventude negra nos bailes black de São Paulo (Brasil) e Havana (Cuba)*. Dissertação de mestrado apresentada ao Prolam-USP, 1996.

PINTO, Luiz de A. Costa. *O negro no Rio de Janeiro: relações de raça em uma sociedade em mudança*. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1998 (1953).

PIERSON, Donald. *Branços e pretos na Bahia*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1971.

SANSONE, Livio. *Negritude sem etnicidade: o local e o global nas relações raciais e na produção cultural negra do Brasil*. Salvador/Rio de Janeiro, Edufba/Pallas, 2003.

SANTOS, Gevanilda, SANTOS, Maria José P e BORGES, Rosangela. *A juventude negra*. In: ABRAMO, Helena e BRANCO, P. (orgs). *Retratos da Juventude Brasileira. Análises de uma pesquisa nacional*. São Paulo: Editora fundação Perseu Abramo, 2005, p. 291-302.

TELLES, Edward. *Racismo à brasileira: uma nova perspectiva sociológica*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: Fundação Ford, 2003.

ZENI, Bruno. O negro drama do rap: entre a lei do cão e a lei da selva.. In: *O negro no Brasil*. Estudos avançados. São Paulo: USP, V18, nº 50, jan/abril, pág 225 -241.

